

II CONGRESSO DOS TOC

“Dimensão da fraude em Portugal é elevada”

Desde o ano passado, a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas enviou para o fisco e Ministério Público mais de 2200 processos relacionados com a fuga e fraude fiscais. Domingues Azevedo afirma que a classe ainda é “malvista” pela “sociedade e pelo Estado”, mas afirma que “as coisas estão a mudar” e que a câmara é pioneira na modernização do fisco

① Rudolfo Rebêlo ② Nuno Fox

Domingues de Azevedo lidera maior a associação do País, contabilizando nas fileiras mais de 70 mil filiados. Pelos técnicos oficiais de contas, associados na Câmara, passam mais de 90% dos impostos, 56 mil milhões de euros em receitas fiscais directas. Uma classe que existe há 32 anos e que reivindica um papel crucial no combate à evasão e fraude fiscal e na desmaterialização dos impostos e desafia a máquina fiscal a inspeccionar no terreno.

A dimensão da fuga e fraude fiscal é grande?

A dimensão da fraude em Portugal é elevada. Estamos a mandar para o Ministério Público entre 20 e 30 casos por semana. Desde 2005, já enviamos mais de 2200 casos para as autoridades competentes. Em todo o país estão já a começar julgamentos de processos mandados pela Câmara dos TOC para o Ministério Público.

Acha que a fiscalização melhorou?

Acho que é necessário ainda mais fiscalização. O cidadão é por natureza um incumpridor e, se encontra um “buraquinho” para não pagar, não paga! Se se criar a expectativa de que poderão não pagar, não liquida impostos. O importante é que se consiga convencer as pessoas que estão a agir de forma errada.

Como se consegue isso?

Consegue-se com o fisco a agir de forma célere e procurando fiscalizar situações que aparentemente estão bem. Há situações de empresas com 14 ou 15 trabalhadores e que apenas mantêm inscritos na Segurança Social três ou quatro trabalhadores...

Como cataloga a fraude. É caracterizada por “pequenos furtos”?

Têm aparecido coisas que não lembram ao diabo. Pessoas isentas que emitem facturas e não debitam IVA. Claro, quem recebe esta factura vai deduzir este IVA, em princípio, na boa-fé. Num caso, referente ao mesmo imposto, um sujeito passivo tinha debitado dois milhões de euros em IVA no regime simplificado, em três anos. Há pessoas que cessam a actividade e continuam a emitir facturas com valores elevadíssimos.

Qual o papel dos TOC na denúncia desses casos?

Os TOC, como interlocutores dos sujeitos passivos, têm um papel importante e responderam ao desafio. Temos a obrigação de explicar aos contribuintes as consequências do não pagamento. Os nossos profissionais estão a fazer um trabalho de “sapa” junto dos seus clientes. Por exemplo, no imposto especial por conta em IRC, em Março passado, aderiram ao sistema mais 25 mil contribuintes, com a máquina fiscal a cobrar mais



Alerta | “Há empresas com 15 trabalhadores e que mantêm inscritos na Segurança Social três”, diz Domingues de Azevedo

Domingues Azevedo

Data de nascimento: 1950

Nasceu em Vila Nova de Famalicão, onde mantém residência

Foi deputado ao Parlamento entre as décadas de 80 e 90

Foi o autor do primeiro projecto de lei que regulamentou a profissão de técnico de contas e o primeiro presidente da Câmara dos Técnicos de Contas

O histórico presidente dos técnicos de contas

António Domingues de Azevedo foi deputado à Assembleia da República durante três mandatos, entre a década de 80 e 90, tendo sempre feito parte da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças. Foi o autor do projecto de lei que regulamentou a profissão de técnico oficial de contas e vice-presidente e presidente da comissão instaladora da associação dos técnicos oficiais de contas no final de década de 90. Presidente da Câmara dos Técnicos de Contas (CTOC) desde 1998, foi reeleito em Dezembro passado para mais um mandato.

20 de milhões de euros em relação ao ano passado...

A receita do Estado aumentou graças aos TOC?

Como se compreende que a receita de impostos esteja a aumentar com a economia a atravessar, até recentemente, um período de arrefecimento? Não é só o resultado do trabalho de “sapa” dos TOC, mas é verdade que resulta de um trabalho concertado com diversas entidades no sentido de trazerem para o sistema os que andam arredados e detectar em tempo útil situações de fraude e evasão fiscal.

“O cidadão é por natureza incumpridor e se encontrar um ‘buraquinho’ para não pagar, não paga. A Polícia Judiciária não deveria ter verbas disponíveis e pensou, talvez, que os TOC iriam trabalhar de graça”

A colaboração com a Polícia Judiciária falhou...

A Polícia Judiciária não deveria ter verbas disponíveis. Devem ter concebido de que os TOC iriam trabalhar de graça... Mas a breve trecho vamos dar formação à PJ.

A desmaterialização foi graças aos agentes exteriores à administração fiscal?

Portugal é pioneiro nessa área. Ninguém acreditava na desmaterialização. Nós fomos obreiros nesse domínio. Chamavam ao Domingues Azevedo o utópico deste processo. Digamos que foi impulsionada, exigida, por agentes do exterior, como foi o caso dos técnicos oficiais de contas. Nessa matéria, digo o seguinte: quando as coisas correm bem, não falta pescocoço de girafa para as coroas de flores, quando as coisas correm mal, ninguém sabe quem fez o quê. As pessoas ignoram, mas a desmaterialização foi um enorme esforço.

Mas está ainda incompleto e registam-se falhas...

O que se está a passar em outros países? A Itália está a fazer um esforço enorme para a desmaterialização fiscal, pagando 30 céntimos por cada declaração enviada pela Internet. Em França estão a iniciar agora a desmaterialização, mas ainda com carácter facultativo. Em Inglaterra e Alemanha é a mesma coisa. Portugal vai muito à frente nessa área. De tal forma que, hoje em dia, uma empresa que não possua computador online com o administração fiscal não consegue viver. Nos últimos cinco anos assistimos a uma verdadeira revolução na relação do fisco com as empresas. Basta dizer que hoje não se pode entregar uma declaração em suporte papel e morreram circuitos tradicionais...

As empresas queixam-se de que os sistemas informáticos não funcionam e existem cargas burocráticas em outras áreas da administração pública.

Na desmaterialização podemos ir mais longe. Por que razão ainda tenho de apresentar reclamações e suporte de papel? Admito que, no princípio, as coisas não correram bem, com dificuldades de mensuração, mas as falhas agora são de carácter meramente accidental. É verdade que falta quase tudo em outras áreas da administração. Por exemplo, nas áreas da justiça e saúde, tudo ainda está por fazer.

O que espera do encontro que se inicia hoje?

Uma oportunidade para que os nossos membros se valorizem, após 32 anos de existência como classe e ao comemorar o 10.º aniversário de reconhecimento de interesse público. É uma manifestação de classe, que tem sido mal tratada socialmente. Felizmente, hoje a classe começa a ser vista de outra forma...

A quem se refere?

Ao Estado, à própria sociedade. O conceito que predominava era de uma classe de importância menor, que “qualquer um” podia praticar o acto fiscal. Estavam perfeitamente enganados!

Perguntas & Respostas

O que é a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC)?

É a maior instituição profissional do país. Agrega cerca de 82 mil membros, sendo de inscrição obrigatória para quem pretenda seguir a carreira de Técnico Oficial de Contas. Os seus membros estão obrigados a cumprir com um estatuto ético e com um código deontológico. A Câmara foi oficialmente reconhecida pelo Estado em 1996, estando agora a celebrar

uma década de existência. Actualmente, em paralelo com os deveres de "enquadramento profissional", a Câmara promove cursos de "valorização" para os seus filiados em todo o país. A investigação na área fiscal tem igualmente peso preponderante na sua actividade.

Qual o interesse que a Câmara tem para o Estado?

O Estado considera que a profis-

são representada pela Câmara possui "interesse público" e que os técnicos oficiais de contas têm uma "função social" a desempenhar. Desde 1995 que foi atribuído pelo poder político "um papel relevante junto da Administração Fiscal" como "interlocutor credível" na ponte com os contribuintes. Hoje, com excepção dos contribuintes do regime simplificado da categoria B, quase todas as empresas do país, com contabilidade or-

ganizada, possuem profissionais filiados na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Os técnicos de contas estão obrigados a denunciar fraudes ao fisco?

O código ético e deontológico impõe deveres de cidadania aos técnicos de contas. E, a verdade é que a Câmara tem denunciado fraudes e evasão ao fisco junto da administração

fiscal, instruindo processos para o Ministério Público.

Que actividades são efectuadas pela Câmara?

Anualmente, a Câmara promove grandes eventos e encontros com personalidades internacionais para a divulgação fiscal. O II Congresso dos TOC, que começa hoje, "está mais virado para dentro da organização da Câmara".

"Temos as leis mas não as cumprimos"

Portugal tem um bom sistema fiscal?

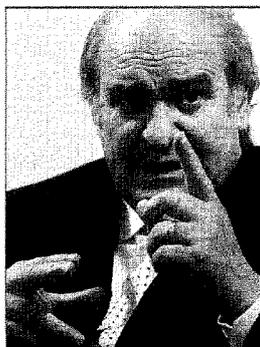
Sim, considero que o país tem um bom sistema fiscal. A reforma de 1989 veio humanizar o sistema tributário... Claro que o acto tributário é o empobrecimento do cidadão, para compartilhar nas despesas da sociedade, mas temos um dos melhores quadros jurídicos de fiscalidade da Europa. O que acontece, é que muitas vezes temos as leis e não as cumprimos...

Começa a existir uma corrente na defesa insistente da flat tax. Qual a sua opinião?

Quando ouço alguns professores de direito fiscal a defender a flat tax, fico triste. Penso que é um retrocesso do sistema, é caminhar um pouco para o antigo imposto profissional. A flat tax é realmente um bom mecanismo para os primórdios da fiscalidade, para as sociedades subdesenvolvidas, em países que não têm uma tradição fiscal e uma cultura de cidadania, de justiça e equidade fiscal, como o que se passa hoje com os países de Leste.

Qual a sua opinião sobre o Orçamento de Estado para 2007 do ponto de vista fiscal?

É o Orçamento possível e, nesse sentido, é um bom documento. Pela



"Quando ouço alguns professores de Direito Fiscal a defender a flat tax fico triste. É realmente um bom mecanismo para os primórdios da fiscalidade, para as sociedades subdesenvolvidas..."



"Só está no regime simplificado quem quer. Existe um agravamento no imposto, mas a questão de fundo é: será que os custos de um advogado com telefones, electricidade, representam 30% dos proveitos?"

primeira vez, faz-se uma abordagem séria do ponto de vista da receita. Vou dizer uma barbaridade: uma boa medida deste Orçamento é a alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais para os deficientes. Quando vi as alterações, a minha primeira reacção foi de que aquilo não fazia sentido... Mas fazem todo o sentido e têm razão de ser.

Os reformados queixam-se de que os impostos vão aumentar...

Num quadro de óbvias dificuldades orçamentais, o que será mais justo? Pedir uma contribuição aos reformados ou sobrecarregar fiscalmente um jovem que começa a trabalhar pela primeira vez? Observe-se que o imposto arranca para pensões de rendimento individual de 442 euros. Mas ainda assim as diferenças em relação ao ano passado são insignificantes.

Não se pode comparar rendimentos de uma carreira contributiva com salários actuais...

Na distribuição de rendimentos brutos por categoria, a categoria A tinha rendimentos de 47,5 mil milhões de euros, enquanto a categoria H auferia 11,6 mil milhões de euros, 17,1% dos rendimentos totais. Haverá ainda reformados que têm rendimentos de categoria B. Não es-

tamos a falar propriamente de coitadinhos.

Mas existe ou não uma dupla tributação nos reformados?

Não é verdade, porque, no âmbito do IRS, os reformados podem deduzir aos rendimentos os descontos que suportaram para a Segurança Social. E depois, se formos analisar pelo lado da dupla tributação, então encontramos a dupla tributação em quase tudo.

Por exemplo, há agravamento de imposto no regime simplificado da categoria B?

Só está no regime simplificado quem quer... Existe, de facto, um agravamento de 5%, mas a questão de fundo é: será que os custos de um advogado com a electricidade, telefones, etc, representam 30% dos proveitos? Em cada 100 contos, considera-se como custos 35 contos e no próximo Orçamento do Estado passa a considerar-se 30 contos...

O regime não oferece volume de negócios aos TOC?

Devo dizer que o regime simplificado acabou por ser bom para os contabilistas. Saiu muita gente para o sistema de contabilidade organizada. O que seria mau era se a lei obrigasse à permanência nesse regime. **I**

Congresso Quatro mil TOC deverão pedir entrada nas contas da administração pública

Mais de quatro mil técnicos oficiais de contas reúnem-se hoje e amanhã, em Lisboa, num encontro onde se aguardam com expectativa as intervenções de Rui Rio, presidente da Câmara do Porto, e de Guilherme de Oliveira Martins, presidente do Tribunal de Contas. Ambos os políticos deverão assumir já hoje a necessidade de dotar a administração pública de técnicos oficiais de contas.

Para os técnicos de contas, o congresso "é mais do que a comemoração dos dez anos de reconhecimento da Câmara dos TOC pelo Estado", como afirma Domingues Azevedo, presidente da CTOC.

A contabilidade pública, nas autarquias e organismos públicos, pode ser uma futura "fatia" de negócios para os técnicos de contas. Uma ma-

Destaques de dois dias de congresso

Hoje

- 08.00 Acreditação
- 09.30 Sessão de abertura
- 10.30 A profissão na CPLP
- 14.30 A evolução da profissão
- 16.00 Ética e deontologia profissional
- 17.00 A qualidade na profissão

Amanhã

- 09.30 Responsabilidade profissional dos TOC
- 10.30 Normalização contabilística
- 14.30 O TOC na administração pública
- 16.30 Mensagem do secretário-geral do congresso
- 17.00 Sessão de encerramento

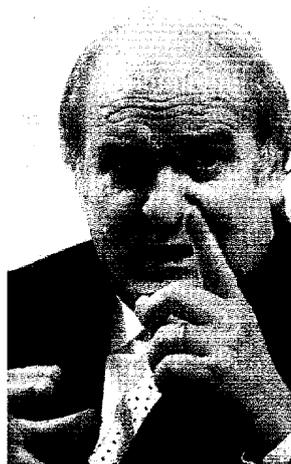
téria cuja defesa estará a cargo do autarca portuense Rui Rio, que preside à assembleia geral da CTOC. Guilherme de Oliveira Martins, ex-ministro das Finanças, deverá também assumir abertamente a necessidade de dotar a administração pública com técnicos de contas. "Transparência" e "credibilização das contas dos organismos públicos" deverão fazer parte do discurso do actual presidente do Tribunal de Contas, órgão que critica, de forma regular, as contas da Administração Pública, através dos relatórios anuais.

Ex-secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, como António Carlos Santos, e directores da máquina de impostos, como Nunes dos Reis, - que Domingues Azevedo classifica

como "obreiros e pioneiros" na desmaterialização fiscal - deverão ser algumas das figuras presentes no II Congresso dos TOC, subordinado ao tema "Novos desafios, melhor futuro".

Matérias que passam pelo congresso são igualmente as relacionadas com a ética e a deontologia profissional, bem como o papel social da profissão e a "importância da regulamentação".

A iniciativa da Câmara dos Técnicos de Contas, comemora também o 10º aniversário do reconhecimento público da profissão. Esperam-se, entre hoje e amanhã, cerca de quatro mil participantes e algumas dezenas de delegados provenientes dos países de língua oficial portuguesa, membros da CPLP. **I**



POLÍTICAS 4 e 5
TOC enviam 20 casos por semana para a justiça

Os técnicos oficiais de contas (TOC) estão a enviar entre 20 e 30 casos por semana para o Ministério Público por suspeitas de fuga e fraude fiscal, revela em entrevista ao DN Domingues Azevedo, presidente da Câmara dos TOC, associação que hoje inicia uma conferência de dois dias. Na sua opinião o combate à fraude e evasão fiscais tem de melhorar "procurando fiscalizar situações que, aparentemente, estão bem".